

ANEXO 01

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO BANCO

10.1.a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

QUADRO 1 – CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

Itens do Balanço Patrimonial em R\$ milhões	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2009
Ativos Totais	14.143	16.177	19.154
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.623	2.750	3.249
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros			
Derivativos	5.129	5.821	5.239
Operações de Crédito (líquido de provisões)	3.916	6.065	8.889
Outros Créditos (líquido de provisões)	940	1.070	1.284
Depósitos Totais	3.177	4.137	6.333
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	2.163	2.521	2.857
Outras Obrigações	5.291	5.662	5.378
- Recursos do FNE (Disponibilidades)	4.454	4.590	3.553
- Passivos Contingentes	837	1.072	1.203
- Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	622
Patrimônio Líquido	1.602	1.798	2.073
Resultados em R\$ milhões			
Resultado da Intermediação	595	770	786
Resultado Operacional	260	614	659
Lucro Líquido	220	421	459
Índices (%)			
Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio	14,1	24,2	23,8
Retorno sobre Ativo Médio	1,7	2,8	2,7
Índice de Eficiência (Receita Prest.Serviços/Disp. Adm.)	68	78	74
Índice de Basileia	16,3	12,5	12,8

Ao término de 2009, os ativos totais do Banco do Nordeste do Nordeste do Brasil S/A - BNB apresentaram um acréscimo de 35,4% em relação ao final de 2007, conforme demonstrações contábeis dos três últimos exercícios. Tal crescimento decorreu, dentre outros fatores, do aumento do volume de captação de depósitos totais e pelo incremento do Patrimônio Líquido em função dos lucros retidos no período.

Os ativos totais estão representados principalmente por aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários (44,3% em 2009 e 61,9% em 2007), e em operações de crédito (46,4% em 2009 e 27,7% em 2007). Essa mudança de composição reflete a estratégia de ampliar a participação do Banco no mercado de crédito da região. A participação ainda significativa das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários reflete a necessidade de manutenção de ativos líquidos comprometidos com operações de crédito de longo prazo contratadas, mas ainda não desembolsadas.

O crescimento do resultado da intermediação financeira em 32,1% de 2007 para 2009 decorreu da maior participação da carteira de crédito nos ativos totais.

O resultado operacional aumentou 153% de 2007 para 2009 em função principalmente das receitas de prestação de serviços representada pelas tarifas e taxa de administração de fundos financeiros e de desenvolvimento, bem como da margem de ganho na qualidade de banco garantidor das carteiras de crédito administradas, representada pela diferença entre a receita de *del credere* e as despesas incorridas pelos riscos de crédito assumidos.

Tais fatores permitiram uma mudança de patamar do Banco de R\$ 220 milhões em 2007, para R\$ 459 milhões em 2009 em seu lucro líquido, com reflexos positivos nos índices de rentabilidade e de eficiência.

A redução do Índice de Basiléia de 16,3 em 2007 para 12,8 em 2009 é o reflexo da maior aplicação em operações de crédito.

10.1.b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Em 31.12.2009, o valor do Capital Social era de R\$ 1.652.000 mil (R\$ 1.299.000 mil em 31.12.2008 e 31.12.2007), representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas e não resgatáveis. Em Assembléia Geral Ordinária/Extraordinária realizada em 17 de março de 2008, foi aprovado o grupamento de ações do Capital Social, na paridade de 10.000:1. A partir de 14 de julho de 2008, as ações do Banco passaram a ser negociadas de forma unitária na Bovespa, apresentando a seguinte distribuição:

**QUADRO 2 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA
31.12.2009**

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3,04	4,42
BNDESPAR	22.785	403.495	0,05	0,49
Outros (9.295acionistas)	393.007	367.177	0,81	0,88
TOTAL	48.484.775	38.517.126	100,00	100,00

31.12.2008

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3,04	4,42
BNDESPAR	22.785	403.495	0,05	0,49
Outros (9.296 acionistas)	393.007	367.177	0,81	0,88
TOTAL	48.484.775	38.517.126	100,00	100,00

31.12.2007

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	465.952.800.540	353.731.907.693	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	14.737.043.790	23.732.649.036	3,04	4,42
BNDESPAR	258.853.432	4.397.554.822	0,05	0,54
Outros (35.248 acionistas)	3.899.057.582	3.309.155.679	0,81	0,83
TOTAL	484.847.755.344	385.171.267.230	100,00	100,00

10.1.c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**QUADRO 3 – CAPACIDADE DE PAGAMENTO**

Índice	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2009
Liquidez Corrente	1,36	1,48	1,37
Liquidez Geral	1,11	1,11	1,11

A boa capacidade de pagamento está refletida nos índices de liquidez geral e corrente do BNB que não apresentaram grandes variações nos últimos 3 exercícios, como reflexo da gestão eficiente de ativos e passivos.

10.1.d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

QUADRO 4 – FONTES DE FINANCIAMENTO

Em R\$ mil

Fontes para Capital de Giro	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2009
Depósitos	1.735.189	2.339.354	3.197.499
Captações no Mercado Aberto e Relações Interdependências	229.702	315.810	474.784
Obrigações por Empréstimos e Repasses	626.202	639.385	1.021.730
Outras Obrigações	2.284.336	3.615.747	3.416.104
Subtotal Fontes de Curto Prazo	4.875.429	6.910.296	8.110.117
Depósitos de Longo Prazo	1.381.950	1.797.306	2.985.277
Outras Obrigações de Longo Prazo	382.060	1.518.117	-
Subtotal Fontes de Longo Prazo	1.764.010	3.315.423	2.985.277
TOTAL	6.639.439	10.225.718	11.095.395
Fontes para Ativos não-circulantes	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2009
Depósitos	-	-	149.951
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	8.997	20.592
Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.537.055	1.881.660	1.834.867
Outras Obrigações	4.363.994	2.263.295	3.980.923
Recursos Próprios	1.408.815	1.612.675	1.876.333
TOTAL	7.309.864	5.766.627	7.862.666

O BNB, conforme demonstrado no Quadro 4, não vem apresentando deficiências de liquidez no financiamento de seus ativos. Parte dessa margem de liquidez se deve ao fato do Banco financiar parcela de seu capital de giro com recursos com prazos de exigibilidades superiores a 01 ano, representado pelo crescimento de captações de depósito a prazo e pela elevação de obrigações de longuíssimo prazo, a exemplo das provisões para passivos contingentes do FNE e as decorrentes de benefícios pós-emprego. Outro fator relevante é a manutenção em seu capital de giro, em média, nos três últimos exercícios, de mais de 50% dos recursos aplicados em títulos disponíveis para venda e aplicações interfinanceiras, ambos com liquidez imediata (R\$ **4,3 bilhões** em **2007**; R\$ **6,8 bilhões** em **2008**; e R\$ **5,5 bilhões** em **2009**).

Registra-se, de modo semelhante, confortável liquidez quanto ao financiamento de ativos não-circulantes. Dentre as fontes de financiamento, destacam-se as outras obrigações, representadas por recursos estáveis provenientes dos ingressos do Tesouro para o Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE), e de instrumento de dívida subordinada e, ainda, oriundos de outras obrigações a exemplo das provisões para benefícios pós-emprego e outras. Verifica-se, também, na composição dos ativos não-circulantes, expressivos volumes mantidos em títulos disponíveis para venda com liquidez imediata (R\$ **4,5 bilhões** em **2007**; R\$ **1,7 bilhões** em **2008**; e R\$ **3,0 bilhões** em **2009**).

10.1.e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes para cobertura de deficiências de liquidez

Os índices de liquidez corrente e geral, vide Quadro 3, demonstram uma posição confortável para cobrir as obrigações exigíveis de curto e longo prazo assumidos pelo BNB.

No eventual caso de deficiências de liquidez, o bom *rating* do BNB (BBB-, na escala internacional e AAA na escala nacional, pela S&P) permitiria a captação de recursos no mercado financeiro a um baixo custo.

10.1.f. níveis de endividamento e as características das dívidas

QUADRO 5 – NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

Índice	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2009
Índice de Endividamento	7,83	8,00	8,24

Conforme se verifica do Quadro 5, o Índice de Endividamento, representado pelo Passivo Exigível em relação ao Patrimônio Líquido, registrou um crescimento de 5% de 2007 para 2009. Esse aumento ocorreu em função basicamente do crescimento da captação em depósitos.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

QUADRO 6 – EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Especificação	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2009
Empréstimos no País	83.436	77.606	70.157
Empréstimos no Exterior	239.052	250.189	630.522
Repases do País	1.187.890	1.233.088	1.433.524
Repases do Exterior	652.880	960.162	722.393
TOTAL	2.163.258	2.521.045	2.856.596

O quadro acima mostra um breve resumo, na posição de 2009, das obrigações por empréstimos e repasse assumidas pelo Banco do Nordeste. O Banco tem uma concentração dos vencimentos no longo prazo, o que evidencia a administração conservadora e prudencial do fluxo financeiro do BNB.

As obrigações por empréstimos e repasses contratados são oriundas de várias fontes, sendo as principais decorrentes de relações mantidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

As obrigações junto a fontes do país são contratadas a taxas de juros que variam entre 0 a 10% a.a., com prazos de 4 a 20 anos e prazo médio de 6 anos. Atualmente, os contratos junto ao BNDES somam R\$ 773.128 mil em 31.12.2009.

Os recursos externos, especificamente ligados ao BID, têm taxas de juros entre 1,26% a.a. e 6,00% a.a., com prazo médio de 10 anos e vencimento final em 2027. A correção cambial, quando aplicável segundo as disposições contratuais, é calculada com base em taxas oficiais divulgadas pelo Banco Central do Brasil. Os contratos junto ao BID representam R\$ 722 milhões em 31.12.2009.

Saliente-se que o Banco do Nordeste realiza os repasses e empréstimos, no mínimo, com base nos encargos e prazos dos passivos, mantendo a exigência da prestação de garantias reais e fidejussórias, além de avais e fianças para assegurar o equilíbrio do fluxo de caixa e o ressarcimento do crédito.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Atualmente não existem outras relações significativas de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Em julho de 2009 o Banco Central do Brasil aprovou o enquadramento da operação de repasse do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, no montante de R\$ 600 milhões, como capital de nível II do Patrimônio de Referência do Banco do Nordeste do Brasil, na categoria de dívida subordinada. Os demais recursos de terceiros são classificados como exigíveis, no mesmo grau de subordinação, cujo saldo em dezembro de 2009 é de R\$ 622 milhões, conforme demonstrado no QUADRO 01.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., na qualidade de sociedade de economia mista federal, criado pela Lei 1.649/52, tem como controlador acionário a União Federal, estando essa condição de acionista controlador preservada, consoante disposto no artigo 6º do Estatuto Social. Por se tratar de entidade da Administração Pública Federal Indireta, o Banco está sujeito aos ditames da Lei 8.666/93, no que tange à alienação de ativos, e do Decreto 93.872/86, no que toca à emissão de valores mobiliários.

10.1.g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os recursos dos financiamentos contratados são utilizados conforme disposto nos respectivos instrumentos contratuais.

10.1.h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

QUADRO 7 – BALANÇOS PATRIMONIAIS

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Valores em R\$ Mil)					
A T I V O					
	31.12.2007	31.12.2008	%	31.12.2009	%
			2008/2007		2009/2008
CIRCULANTE	6.639.439	10.225.718	54,0%	11.095.395	8,5%
DISPONIBILIDADES	59.369	73.148	23,2%	72.983	-0,2%
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	3.622.628	2.750.285	-24,1%	3.248.634	18,1%
TÍT. E VALORES MOB. E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS	635.137	4.080.744	542,5%	2.227.338	-45,4%
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	224.023	158.776	-29,1%	174.695	10,0%
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-	-	-	1	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.177.306	2.157.764	83,3%	4.177.810	93,6%
OUTROS CRÉDITOS	902.727	993.033	10,0%	1.186.040	19,4%
OUTROS VALORES E BENS	18.249	11.968	-34,4%	7.894	-34,0%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.309.864	5.766.627	-21,1%	7.862.666	36,3%
TÍT. E VALORES MOB. E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS	4.493.484	1.740.383	-61,3%	3.011.201	73,0%
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	39.771	41.666	4,8%	38.603	-7,4%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.738.934	3.907.545	42,7%	4.710.825	20,6%
OUTROS CRÉDITOS	37.675	77.033	104,5%	102.037	32,5%
PERMANENTE	193.762	184.890	-4,6%	196.405	6,2%
TOTAL DO ATIVO	14.143.065	16.177.235	14,4%	19.154.466	18,4%

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Valores em R\$ Mil)					
PASSIVO					
	31.12.2007	31.12.2008	% 2008/2007	31.12.2009	% 2009/2007
CIRCULANTE	4.875.429	6.910.295	41,7%	8.110.117	17,4%
DEPÓSITOS	1.735.189	2.339.354	34,8%	3.197.499	36,7%
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	200.966	300.567	49,6%	445.678	48,3%
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	5.690	6.262	10,1%	13.128	109,6%
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	250.918	263.122	4,9%	644.553	145,0%
OBRIG POR REPASSES DO PAÍS- INSTITUIÇÕES OFICIAIS	321.441	293.776	-8,6%	313.523	6,7%
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	23.045	8.981	-61,0%	15.979	77,9%
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	53.844	82.487	53,2%	63.653	-22,8%
OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.284.336	3.615.746	58,3%	3.416.104	-5,5%
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	7.665.059	7.469.375	-2,6%	8.971.610	20,1%
DEPÓSITOS	1.381.950	1.797.306	30,1%	3.135.228	74,4%
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	71.570	64.673	-9,6%	56.126	-13,2%
OBRIG POR REPASSES DO PAÍS- INSTITUIÇÕES OFICIAIS	866.449	939.312	8,4%	1.120.001	19,2%
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	-	8.997	-	20.592	128,9%
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	599.036	877.675	46,5%	658.740	-24,9%
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.746.054	3.781.412	-20,3%	3.980.923	5,3%
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	78	46	-41,0%	14	-69,6%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.602.499	1.797.519	12,2%	2.072.725	15,3%
TOTAL DO PASSIVO	14.143.065	16.177.235	14,4%	19.154.466	18,4%

Nos dois últimos exercícios, os Ativos Totais do Banco cresceram em média 16,4% (14,4% em 2008 e 18,4% em 2009). Conforme comentado no item 10.1.a. esse crescimento foi proporcionado, dentre outros fatores pelo crescimento na captação dos depósitos totais que permitiram aumento no volume de aplicações em operações de crédito.

Com efeito, o volume de operações de crédito líquido de provisões que era de R\$ 3,9 bilhões em 2007, em 2009 atingiu o montante de R\$ 8,9 bilhões, o que representa um crescimento médio nos dois últimos exercícios de 51,0% (54,9% em 2008 e 46,5% em 2009). Destaca-se que o crescimento de 46,5% dos saldos de operações de crédito da carteira própria do BNB, líquidos de provisões para créditos de liquidação duvidosa, em 2009, é representado pelo acréscimo de R\$ 1,87 bilhão nos saldos de operações de crédito de curto prazo (R\$ 3,42 bilhões em 31.12.2009, contra R\$ 1,55 bilhão em 31.12.2008), inclusive operações do Programa Crediamigo (R\$ 527,0 milhões em 31.12.2009, contra R\$ 377,1 milhões em 31.12.2008); e as operações de aquisição de créditos consignados com a coobrigação do banco

cedente, com acréscimo de R\$ 361,4 milhões (R\$ 1,07 bilhão em 31.12.2009 e R\$ 708,6 milhões em 31.12.2008).

O Ativo registrado em Outros Créditos apresentou um crescimento médio de 17,0% no período, decorrente em especial pelo aumento do volume de créditos com características de concessão de créditos que em 2007 apresentava um saldo líquido de provisões no valor R\$ 231,7 milhões e em 2009, R\$ 433,2 milhões, o que representa um crescimento médio de 36,7% (41,7% em 2008 e 32,0% em 2009).

A estabilidade do volume de recursos alocados em disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários que em 2007 era de R\$ 8,8 bilhões e em R\$ 8,6 bilhões, reflete o direcionamento das novas captações para operações de crédito e a manutenção de uma carteira de liquidez para fazer face às operações de crédito de longo prazo contratadas, mas ainda não desembolsadas, conforme mencionado no item 10.1.a.

O volume de depósitos totais apresentou um crescimento médio de 42,5% no período (32,7% em 2008 e 53,1% em 2009). Com destaque para a captação em depósitos a prazo que em 2007 apresentava um saldo de R\$ 1,1 bilhão, atingindo R\$ 1,9 bilhão em 2008 e R\$ 3,5 bilhões em 2009, o que representa um crescimento médio anual de 75,3%. Destaca-se, também, o aumento na captação de depósitos de poupança que apresentou um crescimento médio anual de 37,8%, variando o seu saldo de R\$ 728 milhões em 2007 para R\$ 1,3 bilhão em 2009.

A rubrica de Obrigações por Repasses do País- Instituições Oficiais registrou um crescimento médio anual de 9,9%, sendo 3,8% em 2008 e 16,3% em 2009. A variação do saldo dessa rubrica decorreu basicamente da atualização de saldos, pela apropriação de despesas e por desembolsos, bem como em função de novos recursos captados junto ao BNDES e FINAME, em 2009, no valor de R\$ 281,1 milhões.

A oscilação dos saldos de Obrigações por Repasses do Exterior é explicada principalmente pela variação cambial positiva, em 2008, (31,9% do dólar norte-americano e 39,9% da UC-BID) e pela variação cambial negativa, em 2009, (-25,5% do dólar norte-americano e -24,9% da UC-BID).

A rubrica de Obrigações por Empréstimos que em 2007 apresentava um saldo de R\$ 322 milhões e em 2008, de R\$ 328 milhões, registrou uma elevação para R\$ 701 milhões em 2009, em virtude da captação realizada para atender a demanda por financiamentos à importação e outros créditos à exportação.

A rubrica de Outras Obrigações apresentou um crescimento médio anual de 2,6% no período. Vale destacar que o saldo desta rubrica em 31.12.2009 está representado principalmente por Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (R\$ 3,6 bilhões), por Provisões para Pagamentos a Efetuar, referentes a benefícios pós-emprego nos termos da Del. CVM 371/00 (R\$ 1,0 bilhão), Provisões para Passivos Contingentes, para cobertura de risco de crédito em operações com recursos do FNE (R\$ 956 milhões) e Dívida Subordinada Elegível a Capital (R\$ 622 milhões).

O Patrimônio Líquido apresentou um crescimento médio anual de 13,7% no período. A variação é explicada pelos lucros apurados em 2008 (R\$ 421 milhões) e 2009 (R\$ 459 milhões), embora reduzidos pela distribuição de Dividendos e outros fatores conforme demonstrado no Quadro 8 a seguir:

QUADRO 8 – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em R\$ milhões

Patrimônio Líquido em 31.12.2007	1.602,5
Lucro Líquido de 2008	421,0
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3,2)
Atualização de Títulos Patrimoniais	0,1
Realização de Reserva/Encargos Tributários	(2,4)
Distribuição de Dividendos	(120,3)
Juros sobre Capital Próprio	(100,2)
Patrimônio Líquido em 31.12.2008	1.797,5
Lucro Líquido de 2009	459,0
Ajustes de Avaliação Patrimonial	56,9
Atualização de Títulos Patrimoniais	0,2
Ações em Tesouraria	(0,4)
Distribuição de Dividendos	(130,5)
Juros sobre Capital Próprio	(110,0)
Patrimônio Líquido em 31.12.2009	2.072,7

QUADRO 9 – DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Valores em R\$ Mil)					
	2007	2008	% 2008/2007	2009	% 2009/2008
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.543.178	2.416.531	57%	2.005.203	-17%
Operações de Crédito	648.444	1.218.859	88%	1.214.532	0%
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	887.715	1.040.237	17%	739.243	-29%
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(40.651)	(2.130)	-95%	(38.146)	1691%
Resultado de Operações de Câmbio	21.499	136.939	537%	86.778	-37%
Resultado das Aplicações Compulsórias	26.171	22.626	-14%	2.796	-88%
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(948.054)	(1.646.413)	74%	(1.219.439)	-26%
Operações de Captação no Mercado	(247.397)	(348.005)	41%	(381.160)	10%
Operações de Empréstimos e Repasses	(565.310)	(1.109.975)	96%	(461.687)	-58%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(135.347)	(188.433)	39%	(376.592)	100%
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	595.124	770.118	29%	785.764	2%
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(335.306)	(156.368)	-53%	(126.657)	-19%
Receitas de Prestação de Serviços	742.949	969.570	31%	1.106.886	14%
Rendas de Tarifas Bancárias	9.177	9.014	-2%	12.205	35%
Despesas de Pessoal	(676.408)	(770.067)	14%	(890.476)	16%
Outras Despesas Administrativas	(384.445)	(446.574)	16%	(551.813)	24%
Despesas Tributárias	(96.007)	(119.969)	25%	(144.214)	20%
Outras Receitas Operacionais	573.814	737.419	29%	1.159.159	57%
Outras Despesas Operacionais	(504.386)	(535.761)	6%	(818.404)	53%
RESULTADO OPERACIONAL	259.818	613.750	136%	659.107	7%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.239	2.867	131%	2.078	-28%
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	261.057	616.617	136%	661.185	7%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(21.536)	(157.684)	632%	(160.487)	2%
Provisão para Imposto de Renda	(61.999)	(119.457)	93%	(138.924)	16%
Provisão para Contribuição Social	(23.152)	(67.190)	190%	(86.380)	29%
Ativo Fiscal Diferido	63.615	28.963	-54%	64.817	124%
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(19.777)	(37.904)	92%	(41.686)	10%
LUCRO LÍQUIDO	219.744	421.029	92%	459.012	9%
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	(94.000)	(100.211)	7%	(110.000)	10%
Nº de Ações (em mil)	870.019.022	87.002		87.002	
Lucro Líquido por Ação (em R\$)	0,00025	4,84		5,28	

O Resultado Bruto da Intermediação Financeira obteve um crescimento médio anual de 14,9% no período. A variação decorreu do incremento de receitas de operações de crédito especialmente pela expansão do volume de crédito comercial, apesar do aumento de despesas de provisões para cobertura de risco de crédito. O volume aplicado em Títulos e Valores Mobiliários registrou uma redução média anual de 1,07% entre 2007 e 2009, que aliada à variação da taxa SELIC (11,85% em 2007, 12,48% em 2008 e 9,92% em 2009) implicou uma redução do resultado em operações com TVM, em 2009.

As Receitas de Prestação de Serviços têm como principal componente a taxa de administração do FNE cujo comportamento é crescente (R\$ 579 milhões em 2007, R\$ 724 milhões em 2008, R\$ 777 milhões em 2009), seguida pelas receitas de tarifas relacionadas a operações de crédito e administração de outros fundos (R\$ 131 milhões em 2007, R\$ 199 milhões em 2008, R\$ 279 milhões em 2009).

As Despesas de Pessoal apresentaram uma variação média anual de 14,7% no período decorrente principalmente em função dos reajustes salariais homologados em Acordos Coletivos de Trabalho, bem como pelo aumento do número de funcionários no período (5.726 em 2007 e 5.895 em 2009).

O crescimento das Outras Despesas Administrativas (19,8% de variação média anual) ao longo do período reflete o próprio crescimento operacional da instituição, pela maior necessidade de recursos tecnológicos e para viabilizar a expansão da carteira de crédito.

Em Outras Receitas e Despesas Operacionais ressalta-se a relevância da margem de ganho do Banco como garantidor das carteiras de crédito administradas, representada pela diferença entre a receita de delcredere e as despesas incorridas pelos riscos de crédito assumidos, sendo de R\$ 85 milhões em 2007, R\$ 114 milhões em 2008 e R\$ 273 milhões em 2009, significando um crescimento médio anual de 79,4% no período.

10.2.a. resultados das operações, em especial:

- i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**
- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Os componentes de receita e fatores importantes que afetaram materialmente os resultados operacionais são os comentados nos itens anteriores.

10.2.b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

10.2.c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

A variação do IGP-M foi positiva de 7,75% em 2007 e de 9,81% em 2008 e negativa de 1,71% em 2009. O ativo do Banco indexado ao IGP-M corresponde às operações re-financiadas com o Governo Federal, de acordo com a Lei 8.727, de 5.11.1993, bem como às operações de crédito renegociadas com base na Resolução CMN nº 2471, de 26.02.1998. Pelos valores apresentados no Quadro 10, depreende-se que as

mudanças no referido índice ocasionam pouco impacto financeiro e contábil sobre os resultados esperados na carteira de crédito respectiva, em virtude do reduzido volume de recursos indexados a esse índice.

QUADRO 10 – VARIAÇÕES DO IGP-M

Em R\$ milhões			
Operações Refinanciadas com o Governo Federal	2007	2008	2009
Saldos em 31.12	525	555	517
Receitas do exercício	90	107	56
Operações Renegociadas com base na Res. 2471	2007	2008	2009
Saldos em 31.12	735	943	900
Receitas do exercício	26	39	29

A variação cambial que gera efeitos sobre os ativos e passivos do Banco, apresentou o seguinte comportamento: a) -17,15% do dólar norte-americano e de -13,96% da UC-BID), em 2007; b) 31,9% do dólar norte-americano e 39,9% da UC-BID, em 2008; e c) -25,5% do dólar norte-americano e -24,9% da UC-BID), em 2009. A variação cambial no período total não gerou impactos relevantes, visto que os mesmos foram absorvidos de forma equivalentes nas operações ativas e passivas.

A Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras de 2008 e a Nota Explicativa nº 26.c das Demonstrações Financeiras de 2009 apresentam os saldos patrimoniais do Banco, vinculados à moeda estrangeira (vide Quadro 11). O reduzido descasamento, reafirma a política conservadora do Banco a esse tipo de risco.

QUADRO 11 – EXPOSIÇÕES CAMBIAIS

Em R\$ milhões			
	2007	2008	2009
Total da Exposição Ativa	972	1.334	1.380
Total da Exposição Passiva	955	1.355	1.410
Saldo líquido de exposição cambial	17	-21	-30
% do Patrimônio de Referência	1,82%	1,53%	1,10%

De 2007 a 2009, o Banco apresentou elevação do volume da carteira de operações de crédito líquido de provisões no valor de R\$ 5 bilhões equivalente a uma variação média anual de 50,7%. Com isso, ocorreu uma elevação das receitas de operações de crédito de 36,9% em média anual no mesmo período. Por outro lado, o volume de aplicações em Títulos e Valores Mobiliários registrou uma redução média anual de 1,07% entre 2007 e 2009, que aliada à variação da taxa SELIC (11,85% em 2007, 12,48% em 2008 e 9,92% em 2009) implicou uma redução média anual de 8,74% no resultado em operações com TVM. Essa movimentação no ativo foi proporcionada, dentre outros fatores, pelo crescimento médio anual de 42,5% na captação dos depósitos totais no mesmo período, gerando uma elevação média anual de 22,9% nas despesas de depósitos.

10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional**
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**
- c. eventos ou operações não usuais**

O Banco do Nordeste do Brasil S/A não tem previsão de introdução ou alienação de segmento operacional; constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 20.07.2009, o Banco Central do Brasil aprovou por meio do Ofício DEORF/Cofil – 2009/07394, o enquadramento da operação de repasse do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, no montante de R\$ 600 milhões (R\$ 622 milhões em 31.12.2009), como capital de nível II no Patrimônio de Referência (PR), na categoria de dívida subordinada, refletindo positivamente no Índice de Adequação do Capital (Índice de Basileia).

O Projeto de Lei de Conversão nº 18/2009 (Medida Provisória 470/09), já aprovado pela Câmara dos Deputados e aguardando apreciação pelo Senado Federal, autoriza a União a conceder crédito ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, no montante de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), em condições financeiras e contratuais a serem definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda. Referido crédito poderá ser enquadrado como instrumento híbrido de capital e dívida apto a integrar o seu patrimônio de referência, conforme definido pelo Conselho Monetário Nacional. Dessa forma, o índice de adequação do Capital (Índice de Basileia) poderá refletir o impacto positivo dessa captação.

10.4.a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, normas do Banco Central do Brasil – BACEN e normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM – e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei Nº 11.638/07 que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), notadamente em relação ao capítulo XV que trata de matéria contábil. A Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, por meio dos artigos 37 e 38, introduz modificações na Lei 6.404/76, que visam adaptar e convergir as normas contábeis nacionais ao Padrão Contábil Internacional (IFRS), coordenado pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB).

No Brasil, a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade, em consonância com o Padrão Contábil Internacional, está a cargo do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, por meio da edição de Pronunciamentos. A aprovação desses pronunciamentos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou Banco Central (BCB) torna sua aplicação obrigatória.

O Banco Central do Brasil não se manifestou a respeito de todas as alterações introduzidas pelas referidas Leis, tendo aprovado as seguintes mudanças, as quais são observadas nas Demonstrações Financeiras do Banco:

- CPC-01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo (Resolução nº 3.566/08, do CMN);
- CPC-03 - Elaboração e publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604/08, do CMN);

- CPC-05 – Divulgação de Partes Relacionadas (Res. 3750/09, do CMN);
- CPC-25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. (Res. 3535/08, do CMN); e
- Manutenção da reserva de reavaliação até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, tendo em vista as disposições da Resolução Nº 3.565, de 29 de maio de 2008, do Conselho Monetário Nacional – CMN.

10.4.b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os normativos aprovados pelo Órgão Regulador das instituições financeiras não geraram impactos para o Banco do Nordeste, nos exercícios de 2008 e 2009, em virtude dos seguintes esclarecimentos:

1. O CPC 01 objetiva assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda. Em 31.12.2008 e 31.12.2009, o Banco avaliou as edificações de maior relevância patrimonial e apurou que o valor de mercado não figura inferior ao valor contábil;
2. O CPC 03 trata da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. O Banco do Nordeste tem apresentado referido demonstrativo em Notas Explicativas desde o exercício de 2003. A Resolução CMN nº 3604/08 determina a elaboração e publicação da DFC, a partir da data-base 31 de dezembro de 2008, como demonstração financeira obrigatória e exclui a DOAR - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.
3. Quanto as principais alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, o Banco já vinha adotando, desde o exercício de 2007, a publicação, em Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Demonstração do Valor Adicionado da Demonstração do Valor Adicionado, como também utiliza o critério de classificação e avaliação dos instrumentos financeiros a preços de mercado, consoante regulamentação do Banco Central.
4. O CPC-05 – Divulgação de Partes Relacionadas exige a divulgação de transações e saldos existentes com partes relacionadas nas demonstrações contábeis individuais da controladora ou investidora. O Banco divulga em notas explicativas as principais operações com empresas, programas e fundos e seus respectivos saldos.
5. O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 25 é o de assegurar que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas, para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor. Esse normativo revogou a Deliberação CVM nº 489/05, sem, no entanto, alterar significativamente os conceitos e critérios de reconhecimento de contingências ativas e passivas e que já vinham sendo observados pelo Banco, conforme demonstrados em suas notas explicativas.

10.4.c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O Parecer dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, de 28 de janeiro de 2010, sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2009, apresenta uma ênfase em seu parágrafo 4º. Os auditores referem-se às Leis nºs 11.322, de 13.07.2006, e Lei nº 11.775, de 17.09.2008, e alterações

posteriores que tratam sobre procedimentos para liquidação, regularização ou renegociação de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário.

A empresa de auditoria registra que o Banco vem procedendo ao estabelecido na legislação, porém, os efeitos que resultarão nas demonstrações financeiras do Banco só poderão ser totalmente conhecidos quando da finalização dos processos de liquidações, regularizações ou renegociações de dívidas.

O Banco apresenta a Nota Explicativa nº 6.g) Recuperação de Créditos com Base Legal, explicitando os efeitos das liquidações, regularizações ou renegociações de dívidas oriundas de operações de crédito rural, fundamentadas nas Leis 11.322, de 13.07.2006, e Lei nº 11.775, de 17.09.2008, e alterações posteriores. Dessa forma, todos os fatos ocorridos ao longo do período (2007 a 2009) estão devidamente registrados nas Demonstrações Financeiras e seus impactos nos resultados são:

QUADRO 12 – EFEITOS RENEGOCIAÇÕES LEGAIS

Especificação	Em R\$ mil		
	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2009
Efetivação de Rendas	26.270	71.401	26.270
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	194.742	111.8915	194.742
Despesas com Deságios	(9.448)	(32.990)	(69.787)
Efeito Líquido de Provisões	(20.830)	6.409	113.448
TOTAL	98.103	156.635	264.673

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Provisões

A provisão para operações de crédito está constituída de acordo com a Resolução Nº 2.682, de 21.12.1999, do Conselho Monetário Nacional;

Contingências

O Banco do Nordeste é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial.

A avaliação da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Área Jurídica, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Essa classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco do Nordeste; iii) antecedentes de perdas do Banco do Nordeste para

casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros), Ações Fiscais e Previdenciárias (representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões e Delegacias Regionais do Trabalho).

Reconhecimento da receita

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, destacando-se o seguinte:

Os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os ativos e passivos são apropriados pro rata dia;

As provisões, inclusive os encargos sobre férias, licença-prêmio e 13º salário, são reconhecidos por competência mensal, segundo o período incorrido;

São considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

Ativo de Longa Duração

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário, cabendo salientar que:

As operações de crédito estão pactuadas às taxas normais de mercado;

Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

- Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com a finalidade de serem ativos e freqüentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;

- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento, e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido;

- Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício;

A classificação em Circulante e Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez. Os Títulos para negociação são apresentados no Circulante, independentemente do prazo de vencimento.

Vida útil de ativo não circulante

Demonstrado pelo custo de aquisição, observado o seguinte:

- i. Os Investimentos estão retificados pela Provisão para Perdas;
- ii. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação;
- iii. O Imobilizado está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: edificações - 4%; sistemas de processamento de dados e veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%;
- iv. O Diferido está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

Plano de pensão

Na forma preconizada pela Deliberação CVM Nº 371, de 13.12.2000, são apresentadas a seguir as informações sobre a política de benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banco do Nordeste, no reconhecimento de suas obrigações:

i) O Banco do Nordeste não mantém:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo;
- Remuneração em ações e títulos equivalentes à participação patrimonial.

ii) Política Contábil Adotada pelo Banco no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais segue o disposto nos itens 52 a 55 do anexo da Deliberação CVM Nº 371, ou seja, é reconhecida a parcela dos ganhos ou perdas atuariais que exceda o maior valor entre: 10% do valor presente da obrigação atuarial do benefício definido e 10% do valor justo dos ativos do plano.

iii) Características do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF, entidade fechada de previdência complementar, que suplementa a aposentadoria de funcionários associados e a pensão de seus dependentes. São apresentadas, a seguir, as informações relevantes atinentes ao funcionamento da CAPEF:

iv) Regime Atuarial

A CAPEF adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas relativas aos Institutos Previdenciários, Benefícios de Suplementação de Aposentadoria, Suplementação de Pensão e Pecúlio.

v) Plano de Benefícios

O tipo de plano adotado é o de benefício definido, assegurando Institutos de Proteção Previdenciária, Suplementação de Aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez aos participantes, assim como Suplementação de Pensão e Pecúlio aos dependentes dos participantes.

vi) Obrigações Vencidas

Não existem.

vii) Dívida de Contribuições

Não Existem.

viii) Evolução da Situação Atuarial

O resultado atuarial da CAPEF, na posição dezembro/2009, apresenta-se superavitário, no valor de R\$ 12.850 mil (R\$ 21.909 mil em 2008 e R\$ 348.033 mil em 2007). A redução do superávit decorreu preponderantemente da elevação do Exigível Atuarial, em face da revisão da taxa de custeio do plano de benefícios que implicou na redução da taxa máxima de contribuição dos participantes assistidos de 29% para o nível de 25%, em dez/2008, e para 23%, em dez/2009. Contribuíram também para essa redução a constituição do Fundo para Perdas Atuariais, em 2008; e o desempenho dos investimentos no período, tendo figurado abaixo da meta correspondente à variação do INPC acrescido de 6% a.a., em 2008, mas recuperando-se em 2009, exercício em que ocorreu superação da referida meta.

ix) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco do Nordeste atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional Nº 20/98, registrando, em 31.12.2008, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2007 1:1).

Crítérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

O CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativo) objetiva assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda. Em 31.12.2008 e em 31.12.2009, o Banco avaliou as edificações de maior relevância patrimonial e apurou que o valor de mercado não figura inferior ao valor contábil.

Para a obtenção do valor de mercado dos instrumentos financeiros foram adotados os seguintes critérios:

- Títulos de Renda Fixa: nível médio de ágio/deságio negociado no mercado secundário, conforme divulgação da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto - ANDIMA;
- Títulos da Dívida Agrária – TDA, Debêntures, CCB e Notas Promissórias: ágio/deságio médio observado na última negociação registrada na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
- Títulos de Renda Variável: cotação média dos ativos na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.

No cálculo do valor de mercado das operações de "swap" são utilizadas as taxas divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto - ANDIMA. Na determinação do Risco de Crédito são utilizados os índices de correlação e os fatores de risco divulgados pelo Banco Central do Brasil.

10.6. Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, quanto:

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las;**
- b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

O Sistema de Controle Interno do Banco do Nordeste tem como pilares as boas práticas de governança corporativa; a integridade das pessoas e seus valores éticos; elevado grau de compromisso de seus quadros em atuar com competência e com ampla transparência; estrutura organizacional que garante a segregação de funções e possibilita adequada delegação de autoridade e atribuições; e as políticas e práticas de gestão dos riscos.

Os objetivos do sistema de controles internos no Banco do Nordeste são:

- a) manter os riscos inerentes aos processos, produtos, serviços e sistemas do Banco dentro dos limites compatíveis com as políticas de gestão de riscos aprovadas;
- b) atestar a conformidade legal-normativa dos processos, produtos, serviços e sistemas;
- c) monitorar o fluxo de informações para garantir a qualidade requerida pelo processo de tomada de decisão, de desenvolvimento das atividades internas, de acompanhamento dos resultados organizacionais, de fiscalização e de prestação de contas; e
- d) contribuir para a melhoria do desempenho operacional das equipes de trabalho.

A Assembléia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração, auxiliado pelo Comitê de Auditoria e pela Auditoria Interna, juntamente com o Conselho Fiscal, constituem a esfera superior da estrutura organizacional do Sistema de Controle Interno.

No plano diretivo, a Diretoria Colegiada é o órgão gestor do Sistema de Controle Interno, tendo o Diretor de Controle e Risco como responsável, perante a autoridade monetária nacional, pela gestão de riscos e controles internos.

São componentes essenciais da estrutura de gestão de controles os comitês de decisão e ou avaliação, tais como o Comitê Corporativo de Gestão de Riscos, o Comitê de Crédito e o Comitê de Despesas Administrativas.

A execução operacional do Sistema de Controle Interno, observando o princípio da segregação de funções, é conduzida pela Área de Controles Internos, Segurança e Gestão de Risco, que conta com estrutura específica, denominada de Ambiente de Controles Internos, atuando em toda a organização, de forma sinérgica com os Ambientes de Segurança Corporativa e de Gestão de Riscos.

A segregação de funções se aplica a diversas outras atividades, com o intuito de atender aos princípios e boas práticas de governança corporativa, e às exigências da regulação, sem prejuízo da integração dos processos, cabendo, nesse sentido, destacar que:

- a) a gestão dos recursos de terceiros encontra-se totalmente apartada das ações de gerenciamento dos recursos do Banco;
- b) as atividades de controle de operações de crédito são desenvolvidas em ambiente distinto e independente da área negocial;
- c) as funções de avaliação de risco são apartadas daquelas afetas à concessão do crédito;
- d) as atividades de tesouraria do Banco estão separadas das atividades de gestão de Fundos de Investimento; e
- e) as atividades de criação de modelos e métodos para gestão dos riscos de crédito, de mercado e liquidez, e operacional estão separadas das atividades de gestão dos negócios.

Outrossim, as atividades de controladoria e de contabilidade também estão segregadas, possibilitando melhor definição quanto ao exercício das funções de controladoria, planejamento tributário e orçamento, bem como melhor adequação das atividades referentes à gestão contábil-financeira dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

O Ambiente de Controles Internos desenvolve, basicamente, três modalidades de verificações visando avaliar a eficácia dos controles internos da instituição:

- a) verificações de conformidade em propostas de crédito e de renegociação de dívidas, cadastros de mutuários e intervenientes, abertura de contas-correntes e termos de adesão a políticas de aplicações financeiras;
- b) certificações em processos administrados por unidades integrantes da Direção Geral, bem como em segmentos de processos executados pelas agências;
- c) administração de ciclos de auto-avaliação dos controles internos por parte dos gestores de unidades/processos da Direção Geral, bem como acompanhamento da gestão de ações para a superação das deficiências de controle identificadas.

Integram as atividades do Ambiente de Controles Internos ações de orientadas para disseminação da cultura de controles internos e para a capacitação básica de empregados e colaboradores.

O Ambiente de Segurança Corporativa define e monitora controles internos orientados para mitigação de riscos relativos à segurança da informação, bancária, patrimonial e de pessoas, incluindo o gerenciamento do sistema de informações que trata da prevenção à lavagem de dinheiro, bem como a análise de ocorrências atípicas em diversos outros sistemas, buscando identificar anormalidades a serem tratadas pelos gestores dos processos.

O Ambiente de Gestão de Riscos realiza, diariamente, um controle sistemático de registro, qualificação e análise das perdas operacionais, visando à mitigação dos riscos operacionais, bem como avaliação mensal das 100 maiores expectativas de aprovisionamentos, para corrigir, antecipadamente erros, falhas e omissões em procedimentos operacionais e evitar a efetivação de provisões diversas daquelas relacionadas com atrasos de pagamento.

Todos os Ambientes da Direção Geral, por acionamento do Ambiente de Controles Internos, realizam auto-avaliação dos controles internos em seus processos de negócio, aplicando questionário específico e identificando as deficiências em seus controles internos, para as quais definem ações de melhoria, fixando os prazos para implementação, cujos cronogramas são monitorados semestralmente pelo Controle Interno.

De modo geral as avaliações empreendidas pelo Controle Interno no ano de 2009 apontaram níveis de conformidade em torno de 87% nos processos desenvolvidos na Direção Geral e de 86% nos serviços executados pelas agências, com exceção do segmento de administração de crédito, que apresentou nível de conformidade em patamar inferior, ensejando a adoção de diversas ações, tais como, treinamento de pessoal, força-tarefa para ajuizamento de operações em atraso, articulação das áreas envolvidas, criação de função específica para acompanhamento dos créditos na estrutura de pessoal das Superintendências Estaduais, visando à melhoria dos níveis de eficácia dos controles neste segmento.

A auditoria independente, no capítulo Controle Internos do seu relatório datado de 06/08/2009, identificou algumas deficiências, para as quais foram feitas recomendações no intuito de tornar mais eficaz o sistema de controles internos e aprimorar o registro das transações, tendo, contudo, concluído não ter verificado descumprimento relevante de normas legais e regulamentares. Todas as deficiências foram reportadas à administração, que por sua vez exarou os comentários pertinentes e as acolheu no programa de melhorias dos controles das respectivas áreas.

Diante de todo o exposto, considera-se que os controles internos do Banco apresentam-se como satisfatórios.

10.7. Caso tenha sido feita oferta pública de distribuição de valores mobiliários:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. não fez oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
 - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iv. contratos de construção não terminada
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens considerados relevantes foram evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., não havendo, portanto, itens relevantes a serem apresentados.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, indicados no item 10.8:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em decorrência da operação

Como informado no item 10.8 deste comentário, não existem itens relevantes a serem apresentados, e, como consequência, não há o que se comentar.

10. 10. Principais elementos do plano de negócios:

- a. investimentos, incluindo:**
 - i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**
 - ii. fontes de financiamento dos investimentos**
 - iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**
- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva**
- c. novos produtos e serviços, indicando:**
 - i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
 - ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
 - iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**
 - iv. montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Dentre os principais investimentos previstos para 2010 destacam-se a continuidade do programa de Modernização de Agências com a execução de reformas em mais 29 unidades, sendo que quatro destas deverão passar a funcionar em novo endereço e cinco já estão com as obras em andamento.

No que se refere ao programa de Manutenção da Infra-estrutura de Atendimento, está prevista a substituição de mobiliário, equipamentos de refrigeração, grupos geradores, no-breaks e estabilizadores para suprir as necessidades das agências incluídas no programa de modernização, complementando as intervenções físicas projetadas. Algumas agências que não estão no programa de modernização também deverão ser contempladas, de acordo com as necessidades pontuais levantadas pela área técnica do Banco.

Por sua feita, o projeto de Manutenção e Adequação de Bens Imóveis, contempla a programação de investimentos em órgãos da Direção Geral, compreendendo o Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas, em itens relacionados à manutenção e conservação de energia, modernização do sistema de refrigeração do Centro Administrativo e a implantação da Universidade Corporativa, aproveitando a estrutura existente no Centro de Treinamento. Além da implantação dos Centros Culturais de Teresina-PI e Vitória da Conquista - BA.

Para o ano de 2010 o Conselho de Administração do BNB já aprovou a instalação de quatro novas agências, localizadas nos Municípios de Almenara (MG), Porto França (MA), São João do Piauí (PI) e Parnamirim (RN), cujas obras serão iniciadas no decorrer do exercício.

Prevê-se para 2010 que o orçamento da área de tecnologia do Banco do Nordeste seja ordem de R\$ 150,7 milhões, dos quais R\$ 143,7 milhões serão com despesas de manutenção e R\$ 7 milhões com novos investimentos. Tal valor poderá sofrer adequação no decorrer do ano, devendo ser objeto de reestudo até o fim do primeiro semestre haja vista que parte do orçamento de 2009, R\$ 78,2 milhões, não foi aplicado.

Os recursos para realização dos investimentos previstos são oriundos do próprio fluxo de caixa do Banco, estando provisionados em seu orçamento de custeio e manutenção de 2010.

10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens

Todos os fatos considerados relevantes ou que merecessem destaque foram anteriormente elencados e comentados.

Fortaleza, 09 de fevereiro de 2010

Roberto Smith
Presidente

Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva
Diretor Financeiro e de Mercado de Capitais

Luiz Carlos Everton de Farias
Diretor de Controle e Risco

Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Diretor de Negócios

José Sydrião de Alencar Júnior
Diretor de Gestão do Desenvolvimento

Oswaldo Serrano de Oliveira
Diretor Administrativo e de TI

AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL EM DECORRÊNCIA DE INCORPORAÇÃO DE RESERVAS.

Senhores Acionistas,

Em 31.12.2009, após a distribuição do resultado, registram-se no Balanço Patrimonial do Banco, nas rubricas de Reservas de Lucros, os seguintes valores:

<i>Especificação</i>	<i>Valor em R\$</i>
RESERVAS DE LUCROS	271.976.574,85
- Reserva Legal	73.216.016,33
- Reservas Estatutárias	198.760.558,52

02. Assim, a Administração do Banco do Nordeste propõe à Assembléia Geral Extraordinária o aumento do capital social do Banco, conforme abaixo:

- Valor do aumento de Capital: R\$ R\$ **198.000.000,00** (cento e noventa e oito milhões de reais)
- Capital Social Antes do aumento: **R\$ 1.652.000.000,00** (um bilhão, seiscentos e cinquenta e dois milhões de reais)
- Capital Social após o aumento: **R\$ 1.850.000.000,00** (um bilhão e oitocentos e cinquenta milhões de reais)
- O aumento será realizado mediante a incorporação de reservas estatutárias
- A capitalização dessas reservas estatutárias será feita sem distribuição de novas ações, sendo assim, permanece o capital social representado por 87.001.901 ações escriturais sem valor nominal
- Base Normativa: Artigo 169, da Lei 6.404, de 15.12.1976 e artigo 55, do estatuto social do Banco
- O aumento de capital ora proposto não proporcionará qualquer consequência econômica, tendo em vista que o valor da reserva estatutária incorporada já compõe o Patrimônio Líquido do Banco, o qual, após a capitalização, permanecerá no montante de R\$ **2.072.724.994,82**, ensejando, tão-somente, alteração no artigo 6º do estatuto social, conforme quadro de redações a seguir:

Redação atual	Redação Anterior
<i>Artigo 6º O Capital Social é de R\$ 1.850.000.000,00 (um bilhão, oitocentos e cinquenta milhões de reais), dividido em 87.001.901 ((oitenta e sete milhões, hum mil, novecentos e uma) ações sem valor nominal, sendo 48.484.775 (quarenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil e setecentos e setenta e cinco) ações ordinárias nominativas escriturais, com direito a voto, e 38.517.126 (trinta e oito milhões, quinhentos e dezessete mil e cento e vinte e seis) ações preferenciais nominativas escriturais, não conversíveis, sem direito a voto.”“</i>	<i>Art. 6º O Capital Social é de R\$ 1.652.000.000,00 (um bilhão, seiscentos e cinquenta e dois milhões de reais), dividido em 87.001.901 (oitenta e sete milhões, hum mil, novecentos e uma) ações sem valor nominal, sendo 48.484.775 (quarenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil e setecentos e setenta e cinco) ações ordinárias nominativas escriturais, com direito a voto, e 38.517.126 (trinta e oito milhões, quinhentos e dezessete mil e cento e vinte e seis) ações preferenciais nominativas escriturais, não conversíveis, sem direito a voto.</i>

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2009, CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS LEGAL E ESTATUTÁRIA E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.

Srs. Acionistas,

01. O lucro líquido do Banco do Nordeste do Brasil S/A no exercício de 2009 atingiu o montante de R\$ 459.012.514,64.

02. O artigo 53 do Estatuto Social do Banco assegura aos acionistas, dividendo mínimo de 25% sobre o o lucro líquido, apurado em cada exercício social, ajustado na forma da Lei 6.404/76. Assim, a Administração do Banco do Nordeste propõe o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio de 50,07 % sobre o lucro líquido ajustado do exercício de 2009, conforme demonstração de cálculo abaixo:

- DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS

<i>Especificação</i>	<i>31/12/2009</i>
1. Lucro Líquido do Exercício	459.012.514,64
2. (-) Reserva Legal Constituída	22.950.625,73
3. (+) Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	2.436.547,23
4. (+) Participações no Lucro	41.685.431,34
5. Lucro Líquido Ajustado	480.183.867,48
6. Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	110.000.000,00
7. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	226.374,68
8. JCP imputados aos Dividendos (item 6 - item 7)	109.773.625,32
9. Dividendos propostos	130.445.475,83
10. JCP líquido de IR + Dividendos Propostos (item 8 + item 9)	240.219.101,15
11. Total de JCP e Dividendos Propostos (item 6 + item 9)	240.445.475,83
12. JCP Antecipado corrigido pela taxa SELIC	35.392.704,96
13. JCP Complementar (item 6 - item 12)	74.607.295,04
14. Total de Dividendos e JCP Complementares (item 9 + item 13)	205.052.770,87
15. Dividendos e JCP Complementares em R\$ por Ações Ordinárias	2,257217325309
16. Quantidade de Ações Ordinárias	48.476.687
17. Total de Dividendos e JCP Complementares para Ações	

Ordinárias, em R\$	109.422.417,77
18. Dividendos e JCP Complementares em R\$ por Ações Preferenciais	2,482939057325
19. Quantidade de Ações Preferenciais	38.514.982
20. Total de Dividendos e JCP Complementares para Ações Preferenciais, em R\$	95.630.353,10
21. Total de JCP + Dividendos sobre o Lucro Líquido Ajustado [(item11)/(item 5)]	50,07%

03. Sobre o valor dos juros sobre o capital próprio incide imposto de renda na fonte para os acionistas não imunes ou não isentos, à alíquota de 15%. De acordo com o item V da Deliberação CVM nº 207/96, os juros poderão ser imputados ao dividendo pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte, a fim de evitar qualquer perda financeira aos referidos acionistas em virtude da mudança na sistemática de sua remuneração.

04.. Portanto, o valor total a ser pago como remuneração aos acionistas será de R\$ **240.445.475,83** (R\$ **110.000.000,00** de juros sobre o capital próprio e R\$ **130.445.475,83** de dividendos), que correspondem a 50,07% do Lucro Líquido Ajustado.

05. Levando-se em conta o pagamento antecipado, em 21.08.2009, dos juros sobre o capital próprio referentes ao primeiro semestre de 2009 atualizado monetariamente (R\$ 35.392.704,96), o valor complementar a ser pago a título de juros sobre o capital próprio, após aprovação da AGO, será de R\$ **74.607.295,04** (R\$ 110.000.000,00 - R\$ 35.392.704,96). Dessa forma, o desembolso total implicará em **R\$ 205.052.770,87** (R\$ 130.445.475,83 + R\$ 74.607.295,04).

06. Segundo o inciso "II" do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/01, e o disposto no parágrafo 2º do artigo 6º do Estatuto Social do Banco, as ações preferenciais têm direito a dividendos e juros sobre capital próprio de, no mínimo, 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, razão pela qual os dividendos e juros sobre o capital próprio referentes ao exercício de 2009, das ações preferenciais são de R\$ **2,911501564248** por ação e os dividendos e juros sobre capital próprio das ações ordinárias são de R\$ **2,646819604029** por ação.

07 . Ressalte-se que no período compreendido entre a data do encerramento do balanço e a data do efetivo pagamento, os juros sobre o capital próprio sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, consoante estabelece o § 7º, do art. 53, do Estatuto Social do Banco.

08. Propõe-se, ainda, de acordo com o inciso I, do art. 53, do Estatuto Social, a constituição de reserva legal no importe de R\$ **22.950.625,73**, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com as disposições do artigo 193, da Lei 6.404/76.

09. Da mesma forma, em obediência ao artigo 55 do Estatuto Social, tendo em vista que após a distribuição do resultado do exercício remanesceu R\$ **198.052.960,31**, propõe-se a destinação desse valor para constituição de Reservas Estatutárias que se destinam à incorporação ao capital social, mediante proposta dos órgãos da administração à Assembléia Geral.

10 Diante do exposto, a Administração do Banco do Nordeste, no uso de suas prerrogativas legais e estatutárias, e, ouvido o Conselho Fiscal, propõe o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio do exercício, constituição de reserva legal e de reserva estatutária conforme o exposto, ao tempo em que apresenta Quadro Resumo contemplando os valores de JCP complementares e dos dividendos do exercício de 2009, num total de R\$ **205.052.770,87**, a serem pagos aos acionistas:

- JCP de R\$ 0,821275802532 por ação ordinária	R\$ 39.812.730,02
- JCP de R\$ 0,903403382611 por ação preferencial	R\$ 34.794.565,02
- Dividendos de R\$ 1,435941522571 por ação ordinária	R\$ 69.609.687,74
- Dividendos de R\$ 1,579535674974 por ação preferencial	R\$ 60.835.788,09

11. Informamos que os dividendos e juros sobre o capital próprio serão pagos acrescidos de encargos financeiros à base da taxa SELIC, da data do encerramento do balanço até a data em que o rendimento se tornar disponível para o acionista, de acordo com o Decreto nº 2.673, de 16.07.1998, com a nova redação dada pelo Decreto nº 3.381, de 13.03.2000.

12. Os Dividendos e JCP a serem deliberados em AGO/E convocada para 30 de março de 2010, serão pagos em até 15 dias úteis após a declaração, da seguinte forma:

- a) por crédito em conta corrente do acionista;
- b) por caixa e
- c) sobre as ações custodiadas, serão pagos à BM&F BOVESPA, que os repassará aos acionistas titulares por intermédio das corretoras depositantes.

13. Tendo em vista o disposto na legislação vigente, deverá ser observado que:

- a) as ações negociadas até 30.03.2010 farão jus aos JCP complementares e Dividendos declarados;
- b) a partir de 31.03.2010, os negócios com ações deste Banco deverão ser realizados “ex-dividendos” e “ex-juros sobre o capital próprio”.

14. Por fim, segue tabela da distribuição dos lucros aos acionistas nos 3 últimos exercícios anteriores: (em R\$)

Especificação	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2006
1. Lucro Líquido	421.028.380,81	219.744.420,63	202.733.403,59
- Dividendos	120.296.447,97	21.769.049,63	14.174.834,11
Dividendos por ação ordinária	1,324068941229	0,023960576184	0,015601838323
Dividendos por ação preferencial	1,456475835450	0,026356633824	0,017162022151
- Juros sobre o capital próprio (JCP)	100.211.000,00	94.000.000,00	80.346.055,37
JCP por ação ordinária	1,102994102582	0,103463136907	0,088434626885
JCP por ação preferencial	1,213293512865	0,113809450599	0,097278089561
- Reserva Estatutária	198.052.960,31	181.987.281,32	75.999.692,57

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aumento do Capital Social em Decorrência
de Incorporação de Reservas Estatutárias

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições estatutárias, manifesta-se favoravelmente à incorporação ao Capital Social de R\$ 198.000.000,00 (cento e noventa e oito milhões de reais) de Reservas Estatutárias, sem distribuição de novas ações, consoante previsto no artigo nº 169 da Lei nº 6.404/76. O Capital Social do Banco do Nordeste do Brasil S.A. passará de R\$ 1.652.000.000,00 (um bilhão, seiscentos e cinquenta e dois milhões de reais) para R\$ 1.850.000.000,00 (um bilhão, oitocentos e cinquenta milhões de reais).

Fortaleza (CE), 5 de fevereiro de 2010.

CONSELHO FISCAL

Rodrigo Silveira Veiga Cabral

Presidente

Claudio Xavier Seefelder Filho
Conselheiro

Gideval Marques de Santana
Conselheiro

Manuel dos Anjos Marques Teixeira
Conselheiro

Marco Antonio Fiori
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, manifesta-se favoravelmente à distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício de 2009, no valor de R\$ 240.445.475,83, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Especificação	31.12.2009
1. Lucro Líquido do Exercício	459.012.514,64
2. Menos: Reserva Legal Constituída	22.950.625,73
3. Mais: Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	2.436.547,23
4. Mais: Participações no Lucro	41.685.431,34
5. Lucro Líquido Ajustado	480.183.867,48
6. Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	110.000.000,00
7. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	226.374,68
8. JCP imputados aos Dividendos (item 6 - item 7)	109.773.625,32
9. Dividendos propostos	130.445.475,83
10. JCP Líquido de IR + Dividendos Propostos (item 8 + item 9)	240.219.101,15
11. Total de JCP e Dividendos Propostos (item 6 + item 9)	240.445.475,83
12. JCP Antecipado corrigido pela taxa SELIC	35.392.704,96
13. JCP Complementar (item 6 - item 12)	74.607.295,04
14. Total de Dividendos e JCP Complementares (item 9 + item 13)	205.052.770,87
15. Dividendos e JCP Complementares em R\$ por Ações Ordinárias	2,257217325
16. Quantidade de Ações Ordinárias	48.476.687
17. Total de Dividendos e JCP Complementares para Ações Ordinárias, em R\$	109.422.417,77
18. Dividendos e JCP Complementares em R\$ por Ações Preferenciais	2,482939057
19. Quantidade de Ações Preferenciais	38.514.982
20. Total de Dividendos e JCP Complementares para Ações Preferenciais, em R\$	95.630.353,10
21. JCP Líquido de IR + Dividendos sobre o Lucro Líquido Ajustado [(item 10)/(item 5)]	50,03%
22. Total de JCP + Dividendos sobre o Lucro Líquido Ajustado [(item 11)/(item 5)]	50,07%

Fortaleza (CE), 5 de fevereiro de 2010.

CONSELHO FISCAL

Rodrigo Silveira Veiga Cabral

Presidente

Claudio Xavier Seefelder Filho
Conselheiro

Gideval Marques de Santana
Conselheiro

Manuel dos Anjos Marques Teixeira
Conselheiro

Marco Antonio Fiori
Conselheiro